



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0229307-0/02

Embargante(s): Município de Jaboatão dos Guararapes

Procurador(a): Dr(a). Rafaela Ferraz de Albuquerque

Embargado(s): Edmar Marques Guimarães

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. TENTATIVA DE ENSEJAR A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A decisão embargada abordou todos os aspectos necessários ao deslinde da lide, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade.

2. Os embargos de declaração não constituem via adequada a proporcionar a reapreciação da matéria. Precedentes. **EMBARGOS REJEITADOS.** Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração n.º 0229307-0/02, em que figura(m), como embargante(s), o Município de Jaboatão dos Guararapes e, como embargado(s), Edmar Marques Guimarães.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer e **REJEITAR OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS**, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Sétima Câmara Cível
Embargos de Declaração n.º 0229307-0/02
Embargante(s): Município de Jaboatão dos Guararapes
Procurador(a): Dr(a). Rafaela Ferraz de Albuquerque
Embargado(s): Edmar Marques Guimarães
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de embargos declaratórios opostos contra a decisão por meio da qual este Colegiado negou provimento ao recurso de agravo em apenso.

A parte recorrente aduz ter sido omissa o decisório embargado em relação ao artigo 269, IV, e ao artigo 557, ambos do Código de Processo Civil, e, com base nesses argumentos, requer o acolhimento dos embargos, bem como o empréstimo de efeitos modificativos aos mesmos.

É o relatório.

Apresente-se o feito em mesa para julgamento.

Recife, 26/04/2011

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Sétima Câmara Cível
Embargos de Declaração n.º 0229307-0/02
Embargante(s): Município de Jaboatão dos Guararapes
Procurador(a): Dr(a). Rafaela Ferraz de Albuquerque
Embargado(s): Edmar Marques Guimarães
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO

Os embargos declaratórios, consoante disposição expressa do Código de Processo Civil (artigo 535), prestam-se ao saneamento de decisões judiciais maculadas por omissão, contradição e obscuridade.

Fora destas hipóteses, não há de ser utilizada a via dos aclaratórios, que têm objeto restrito e não se presta a proporcionar a reapreciação da matéria pelo órgão julgador. Neste sentido:

[...]não sendo possível acolher embargos de declaração em face da pretensão de reapreciação das questões já enfrentadas. (STJ. EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 1027799/CE. Ministro Benedito Gonçalves. Primeira Turma. DJe 19/11/2009);

No caso concreto, a parte embargante reitera argumentos outrora suscitados e já rejeitados por este colegiado, que não deve, novamente, pronunciar-se a respeito das matérias constantes dos artigos 269, IV, e 557, do Código de Processo Civil.

Posto isso, voto no sentido de **REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É como voto.

Recife, 26/04/2011

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator